

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Icatu Capitalização S.A. apresentou faturamento* de R\$ 767 milhões no exercício de 2011. As provisões técnicas atingiram R\$ 1,6 bilhão, evolução de 4% em relação ao final de 2010. A Companhia distribuiu em forma de sorteios R\$ 55 milhões aos seus clientes. O lucro líquido atingiu o montante de R\$ 78 milhões e o patrimônio líquido R\$ 205 milhões, após distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$ 51 milhões. As reservas da Companhia são administradas de acordo com as melhores práticas de gestão de Ativos, Passivos e de Risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 424/2011. A Icatu Capitalização S.A. aproveita a oportunidade para agradecer especialmente à sua equipe de funcionários e a seus parceiros e corretores pela conquista desses resultados, aos clientes pela preferência e confiança, e à SUSEP e aos acionistas por todo apoio recebido. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2012. **A Administração.**
* Faturamento = receita com títulos de capitalização - devolução e cancelamento de títulos de capitalização

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

ATIVO	2010		2011	2010	
	Reclas-sificado	Reclas-sificado		Reclas-sificado	Reclas-sificado
CIRCULANTE	1.689.477	1.497.321	1.689.477	1.497.321	
DISPONÍVEL	11.110	9.454	11.110	9.454	
Caixa e Bancos	11.110	9.454			
APLICAÇÕES	1.630.892	1.428.204	1.630.892	1.428.204	
Títulos de Renda Fixa	271.874	331.398			
Quotas de Fundos de Investimentos	1.359.031	1.097.044			
(-) Provisão para Desvalorização	(13)	(238)			
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO	20.206	14.833	20.206	14.833	
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO	20.206	14.833			
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	12.334	17.080	12.334	17.080	
Títulos e Créditos a Receber	7.548	8.585			
Créditos Tributários e Previdenciários	3.521	8.285			
Outros Créditos	1.265	210			
DESPESAS ANTECIPADAS	14.935	27.750	14.935	27.750	
Operacionais	14.935	27.733			
Administrativas	2	17			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	217.793	319.692	217.793	319.692	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	114.188	218.337	114.188	218.337	
APLICAÇÕES	87.937	199.704	87.937	199.704	
Títulos de Renda Fixa	87.951	196.245			
Outras Aplicações		3.514			
(-) Provisão para Desvalorização		(55)			
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	26.251	18.633	26.251	18.633	
Créditos Tributários e Previdenciários	5.291	6.256			
Depósitos Judiciais e Fiscais	20.960	12.377			
INVESTIMENTOS	93.390	89.314	93.390	89.314	
IMOBILIZADO	4.589	6.375	4.589	6.375	
INTANGÍVEL	5.626	5.554	5.626	5.554	
DIFERIDO	-	112			
TOTAL DO ATIVO	1.907.270	1.817.013	1.907.270	1.817.013	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	2010		2011	2010	
	Reclas-sificado	Reclas-sificado		Reclas-sificado	Reclas-sificado
CIRCULANTE	1.676.426	1.625.087	1.676.426	1.625.087	
CONTAS A PAGAR	43.719	50.668	43.719	50.668	
Obrigações a Pagar	25.380	23.639			
Impostos e Encargos Sociais					
a Recolher	6.967	4.110			
Encargos Trabalhistas	2.586	2.726			
Impostos e Contribuições	8.712	19.432			
Outras Contas a Pagar	74	761			
DEBITOS DE OPERAÇÕES COM CAPITALIZAÇÃO	17.992	24.122	17.992	24.122	
Debitos Operacionais	471	10.714			
Outros Debitos Operacionais	17.521	13.408			
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	84	90	84	90	
PROVISÕES TÉCNICAS - CAPITALIZAÇÃO	1.614.631	1.550.207	1.614.631	1.550.207	
Provisão para Resgates	1.421.488	1.383.761			
Provisão para Sorteio	126.531	121.543			
Outras Provisões	66.612	44.903			
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	25.764	19.639	25.764	19.639	
CONTAS A PAGAR	23.527	17.544	23.527	17.544	
Obrigações a Pagar	1.340	1.702			
Outras Contas a Pagar	22.187	15.842			
OUTROS DEBITOS	2.237	2.095	2.237	2.095	
Provisões Judiciais	2.237	2.095			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	205.080	172.287	205.080	172.287	
Capital Social	96.525	96.525			
Reserva de Capital	631	631			
Reservas de Lucros	76.858	50.185			
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	31.066	25.738			
Prejuízos acumulados	-	(792)			
TOTAL DO PASSIVO	1.907.270	1.817.013	1.907.270	1.817.013	

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto o lucro do exercício por ação)

OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO	31/12/2011		31/12/2010	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
RECEITA LÍQUIDA COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO	748.779	794.739	748.779	794.739
Receita com Títulos de Capitalização	774.204	831.762		
Devolução e Cancelamento de Títulos de Capitalização	(6.734)	(5.105)		
Variações das Provisões Técnicas	(18.691)	(31.918)		
DESPESAS COM TÍTULOS RESGATADOS E SORTEADOS	(612.741)	(670.253)		
Despesas com Resgates	(557.250)	(614.994)		
Despesas com Sorteios	(55.491)	(55.259)		
DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO	(75.695)	(74.092)		
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	5.816	(789)		
Outras Receitas Operacionais	11.475	13.098		
Outras Despesas Operacionais	(5.659)	(13.887)		
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(90.130)	(85.154)		
DESPESAS COM TRIBUTOS	(9.478)	(8.573)		
RESULTADO FINANCEIRO	100.159	76.267		
Receitas Financeiras	208.120	169.659		
Despesas Financeiras	(107.961)	(93.392)		
RESULTADO PATRIMONIAL	31.598	32.177		
Investimentos em Controladas e Coligadas	31.598	32.211		
Outras Receitas / Despesas Patrimoniais	-	(34)		
RESULTADO OPERACIONAL	98.308	64.322		
GANHOS E PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES	2	(42)		
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	98.310	64.280		
Imposto de Renda	(15.290)	(7.063)		
Contribuição Social	(10.804)	(4.694)		
Participações sobre o Resultado	(4.751)	(5.244)		
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DAREVERSAO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	67.465	47.279		
Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio (JSCP)	10.628	10.849		
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	78.093	58.128		
Quantidade de Ações	417.994.227	417.994.227		
Lucro do Exercício por Ação	0,19	0,14		

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

	2011		2010	
	2011	2010	2011	2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS	78.093	58.128	78.093	58.128
Recebimentos de receitas com títulos de capitalização e outras	728.021	778.518		
Outros recebimentos operacionais	2.509	18.608		
Pagamentos de sorteios, resgates, comissões e outros	(675.188)	(565.158)		
Pagamentos de despesas e obrigações	(81.006)	(69.820)		
Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais	(414)	(322)		
Outros pagamentos operacionais	(14.422)	(7.852)		
Recebimentos de Juros e Dividendos	31.563	27.289		
Constituição de Depósitos Judiciais	(7.018)	(1.808)		
Pagamentos de Participações nos Resultados	(6.785)	(8.985)		
Caixa (Consumido) Gerado pelas Operações	(22.740)	170.470		
Impostos e Contribuições Pagos	(35.979)	(18.216)		
Juros Pagos	(23)	(100)		
Investimentos financeiros	110.361	(790)		
Aplicações	(2.096.339)	(2.116.339)		
Vendas e resgates	2.206.203	2.112.991		
Rendimentos Recebidos	497	2.558		
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	51.619	151.364		
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(929)	(4.091)		
Pagamento pela Compra de Ativo Permanente	(231)	(1.990)		
Intangível	(698)	(2.101)		
Recebimento pela Venda de Ativo Permanente	-	121		
Intangível	-	121		
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(929)	(3.970)		
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(49.034)	(140.590)		
Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(49.034)	(140.590)		
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	(49.034)	(140.590)		
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.656	6.804		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	9.454	2.650		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	11.110	9.454		
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES	30.011	(47.031)		

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2011		2010	
	2011	2010	2011	2010
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	1.477	12.991		
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	160	23.793		
Ganho líquido originado no exercício	1.317	(10.802)		
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas	3.851	1.123		
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	83.421	72.242		

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2011		2010	
	2011	2010	2011	2010
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	1.477	12.991		
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	160	23.793		
Ganho líquido originado no exercício	1.317	(10.802)		
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas	3.851	1.123		
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	83.421	72.242		

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2011		2010	
	2011	2010	2011	2010
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	1.477	12.991		
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	160	23.793		
Ganho líquido originado no exercício	1.317	(10.802)		
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas	3.851	1.123		
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	83.421	72.242		

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2011		2010	
	2011	2010	2011	2010
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	1.477	12.991		
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	160	23.793		
Ganho líquido originado no exercício	1.317	(10.802)		
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas	3.851	1.123		
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	83.421	72.242		

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2011		2010	
	2011	2010	2011	2010
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	1.477	12.991		
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	160	23.793		
Ganho líquido originado no exercício	1.317	(10.802)		
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas	3.851	1.123		
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	83.421	72.242		

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2011		2010	
	2011	2010	2011	2010
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	1.477	12.991		
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	160	23.793		
Ganho líquido originado no exercício	1.317	(10.802)		
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas	3.851	1.123		
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	83.421	72.242		

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2011		2010	
	2011	2010	2011	2010
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	1.477	12.991		
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	160	23.793		
Ganho líquido originado no exercício	1.317	(10.802)		
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas	3.851	1.123		
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	83.421	72.242		

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Icatu Capitalização S.A. ("Sociedade") é uma Sociedade anônima de capital fechado, sediada no Rio de Janeiro, situada na Praça 22 de Abril, 36, Centro, autorizada a operar em todas as Unidades da Federação e que tem por objeto operar com planos de capitalização, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades. A Sociedade

nente sobre a aderência ao cumprimento das políticas e código de ética da Sociedade; • Manter atualizada a Matriz de Riscos. Os componentes que constituem a base da gestão de riscos são: Definição de Objetivos, Avaliação de Riscos, Identificação de Riscos, Resposta ao Risco, Atividades de Controle, Informação e Comunicação e Monitoramento Contínuo. Os riscos podem ser classificados como: Operacional, Subscrição, Estratégico, Crédito, Mercado, Legal e Compliance. **4.1 Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos Corporativos.** A formulação e revisão das políticas de controles internos da Sociedade tem por objetivo a melhoria contínua dos processos e controles na redução dos riscos levantados e controlados pelas áreas da Sociedade. **4.2 Gerenciamento Efetivo dos Riscos.** A Sociedade faz a gestão de riscos através de sua Matriz de Riscos, que visa identificar, avaliar, tratar, controlar e monitorar os riscos aos quais as atividades e negócios estejam sujeitos.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

5.1 Composição dos Instrumentos Financeiros

Descrição	31/12/2011				31/12/2010			
	Valor Mobiliário Avaliado pela Curva	Ganhos/Perdas pela não realizados	Valor de Mercado	%	Valor Mobiliário Avaliado pela Curva	Ganhos/Perdas não realizados	Valor de Mercado	%
Quotas de Fundos de Investimentos - Excluídos	419.986	-	419.986	24,43%	323.226	-	323.226	19,86%
Quotas de Fundos de Investimentos - Não Excluídos	338.378	-	338.378	19,69%	303.414	-	303.414	18,64%
Depósito a Prazo com Garantia Especial	11.448	-	11.448	0,67%	-	-	-	0,00%
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB	252.556	-	252.556	14,69%	187.690	-	187.690	11,53%
Categoria I - Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	1.022.368	-	1.022.368	59,48%	814.330	-	814.330	50,03%
Quotas de Fundos de Investimentos - Excluídos	556.986	43.681	600.667	34,95%	426.714	43.690	470.404	28,90%
Letras Financeiras do Tesouro	7.870	(13)	7.857	0,46%	143.708	(238)	143.470	8,81%
Categoria II - Títulos disponíveis para venda	564.856	43.668	608.524	35,41%	570.422	43.452	613.874	37,71%
Total no Circulante	1.587.224	43.668	1.630.892	94,89%	1.384.736	43.468	1.428.204	87,74%
Depósito a Prazo com Garantia Especial	-	-	-	0,00%	10.147	-	10.147	0,62%
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB	-	-	-	0,00%	43.568	-	43.568	2,68%
Debêntures de Distribuição Pública	10.527	-	10.527	0,61%	7.112	-	7.112	0,44%
Quotas de Fundos de Investimentos - Não Excluídos	-	-	-	0,00%	3.514	-	3.514	0,22%
Categoria I - Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	10.527	-	10.527	0,61%	64.341	-	64.341	3,96%
Letras Financeiras do Tesouro	76.832	(14)	76.818	4,47%	134.856	(55)	134.801	8,28%
Notas do Tesouro Nacional	569	23	592	0,03%	546	16	562	0,03%
Categoria II - Títulos disponíveis para venda	77.401	9	77.410	4,50%	135.402	(39)	135.363	8,31%
Total no Não Circulante	87.928	9	87.937	5,11%	199.743	(39)	199.704	12,27%

A movimentação dos instrumentos financeiros é apresentada abaixo:

	valor justo por meio de resultado	Disponível para venda	Total
Saldo em 31/12/2010	878.671	749.237	1.627.908
Aplicação	2.177.868	640.653	2.818.521
Resgate	(2.134.156)	(794.521)	(2.928.678)
Rentabilidade	110.512	90.566	201.078
Saldo em 31/12/2011	1.032.895	685.934	1.718.829

As quotas de fundos de investimentos estão valorizadas pelos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos. As carteiras dos fundos de investimentos exclusivos são compostas como se segue:

Descrição	31/12/2011				31/12/2010					
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem Vencimento	Total	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem Vencimento	Total
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB..	9.510	3.646	-	-	13.156	9.510	3.646	-	-	13.156
Debêntures.....	3.802	3.999	176	-	7.977	3.802	3.999	176	-	7.977
Letras do Tesouro Nacional.....	11.908	124.504	-	-	136.412	11.908	124.504	-	-	136.412
Letras Financeiras do Tesouro.....	28.005	206.434	21.167	-	255.606	28.005	206.434	21.167	-	255.606
Notas do Tesouro Nacional.....	41.115	319.455	243.849	-	604.419	41.115	319.455	243.849	-	604.419
Outras Aplicações.....	-	-	-	3.692	3.692	-	-	-	3.692	3.692
Outros Ativos (Passivos).....	(609)	-	-	-	(609)	(609)	-	-	-	(609)
Total	93.731	658.038	265.192	3.692	1.020.653	93.731	658.038	265.192	3.692	1.020.653

A Sociedade, com base na Carta SUSEP/DITEC/CGSOA n. 58/2011 de 19/12/2011, está mantendo a apresentação dos depósitos a prazo com garantia especial - DPGE - s como títulos até o vencimento. Os vencimentos dos instrumentos financeiros dos títulos e valores mobiliários, com exceção dos fundos, estão distribuídos da seguinte forma:

Até 1 ano	31/12/2011		31/12/2010	
	Valor Mobiliário Avaliado pela Curva	Valor de Mercado	Valor Mobiliário Avaliado pela Curva	Valor de Mercado
De 1 a 5 anos.....	271.874	271.861	331.398	331.160
Acima de 5 anos.....	78.133	78.119	190.074	190.019
Total.....	350.007	350.000	521.472	521.179

5.2 Análise de Sensibilidade dos Instrumentos Financeiros. A Análise de Sensibilidade dos instrumentos financeiros foi elaborada levando em consideração: (i) O Value at Risk (VaR) paramétrico que é a perda máxima esperada da carteira, a um nível de confiança, dentro de um horizonte de tempo determinado. Para este caso utilizamos a janela de 1 dia com nível de confiança de 95%. A volatilidade foi calculada utilizando o modelo de Médias Móveis Exponencialmente Ponderadas (EWMA, em inglês). (ii) DV01 (dollar-value for one basis-point) é uma métrica de risco utilizada amplamente pelo mercado de renda fixa. Consiste em variar em um basis-point, ou 0,01%, a taxa de juros e verificar o quanto o valor justo do título se altera. No quadro abaixo apresentamos o cálculo da perda esperada em um dia com 95% de confiança através da metodologia VaR paramétrico e a perda com a oscilação de um basis-point (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

Fatores de Risco (R\$ milhares)	DIV-01	VaR
Prefixado / DI	910	195
Taxa Referencial	371	26
IGP-M	3	0
IPCA	1476	396

5.3 Critério Adotado na Determinação do Valor de Mercado. Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados a valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor justo, sendo: nível 1: Preços negociados em mercados ativos e nível 2: Valores calculados utilizando-se dados (preços ou taxas) divulgados nos mercados ativos. **Nível 1.** - Títulos de Renda Variável e Ações de Companhia de Capital Aberto Cotadas em Bolsa de Valores ou Mercado de Balcão; Calculados com base no valor do fechamento diário divulgado pela BM&FBOVESPA; • Instrumentos Financeiros Derivativos: Calculados com base nas cotações diárias divulgadas pela BM&FBOVESPA. • Títulos de Renda Fixa - Públicos: Negociados diariamente em ambiente de balcão com fonte de preço cotados pronta e regularmente (ANBIMA); **Nível 2.** • Certificados de Depósito Bancário (CDB): Sejam CDBs pós ou pré-fixados, são títulos calculados a partir do fluxo de caixa descontado de acordo com os critérios definidos no manual de avaliação a mercado do administrador da carteira administrada; • Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE): São títulos pós-fixados calculados a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros do indexador de acordo com os critérios definidos no manual de avaliação a mercado do administrador da carteira administrada; • Certificado de Recebível Imobiliário (CRI): É um título de crédito lastreado em créditos imobiliários e de emissão exclusiva das Companhias Securitizadoras de Créditos Imobiliários. A remuneração é corrigida, em geral, por um índice de preços ou pela taxa referencial (TR) e o valor justo é calculado a partir do fluxo de caixa descontado de acordo com os critérios definidos no manual de avaliação a mercado do administrador; • Debêntures: Calculados com base nas informações de negociações em mercados secundários de balcão (CETIP) ou, no caso de sua inexistência, por critérios definidos pelo administrador da carteira administrada de acordo com os critérios definidos em seu manual de avaliação a mercado; Fun-

Investimentos	Quantidade de Ações ON	Quantidade de Cotas	% de Participação	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido do Exercício	Investimento	Resultado Patrimonial
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais.....	3.316.721	-	100,00%	3.699	6.989	659	6.989	659
Caixa Capitalização S.A.....	1.958	-	24,50%	150.000	344.185	125.758	84.326	81.037
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda [a].....	-	-	-	-	-	-	-	1
Icatu Consultoria Ltda.....	-	48.570	99,01%	521	1.989	130	1.969	129
Investimento no Exterior [b].....	-	-	-	-	-	-	106	106
Total das Participações Acionárias.....	-	-	-	-	-	-	93.390	89.314
Incentivos Fiscais.....	-	-	-	-	-	-	879	879
(-) Provisão para Desvalorização.....	-	-	-	-	-	-	(879)	(879)
Total de Investimentos.....	-	-	-	-	-	-	93.390	89.314

[a] Em 4 de julho de 2011, a Sociedade retirou-se da sociedade na Icatu Serviços de Administração Previdenciária Ltda e cedeu e transferiu à Vanguarda Companhia de Seguros Gerais 2.475 quotas, de valor nominal equivalente a R\$1,00. [b] Avaliado pelo custo.

Para o cálculo do investimento pelo Método de Equivalência Patrimonial foram utilizadas as respectivas demonstrações financeiras das investidas nas datas base de 31 de dezembro de 2011 e de 2010. Apresentamos, a seguir, a movimentação das participações acionárias da Sociedade:

Descrição	31/12/2011		31/12/2010	
	Saldo em 31/12/2009	Dividendos Ajuste TVM	Equivalência Patrimonial 31/12/2011	Saldo em 31/12/2011
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais.....	6.330	-	659	6.989
Caixa Capitalização S.A.....	81.037	(31.373)	3.851	84.326
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda.....	1	-	-	(1)
Icatu Consultoria Ltda.....	1.840	-	129	1.969
Investimento no Exterior.....	106	-	-	106
Total.....	89.314	(31.373)	3.851	93.390

Descrição	31/12/2011		31/12/2010	
	Taxa Anual de Depreciação (%)	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Equipamentos.....	10	13.285	(10.771)	2.514
Móveis, Máquinas e Utensílios.....	10	2.244	(1.309)	935
Bens Móveis.....	15.529	(12.080)	3.449	4.928
Beneficiárias em Imóveis de Terceiros.....	20	12.032	(10.892)	1.140
Outras Imobilizações.....	-	12.032	(10.892)	1.140
Total.....	27.561	(22.972)	4.589	6.375

dos de Investimento Exclusivos e Quotas de Fundos não Exclusivos: O valor da cota é calculado pelo administrador e divulgado diariamente sendo os ativos constantes da carteira calculados através do manual de avaliação a mercado do administrador. Os ativos dos fundos de investimento são avaliados segundo critérios determinados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que são consistentes com os critérios adotados pela Sociedade. Segue-se a composição dos instrumentos financeiros por critério de avaliação do valor de mercado:

Ações	31/12/2011		31/12/2010	
	Nível 1	Nível 2	Total	Total
Letras do Tesouro Nacional.....	136.412	-	136.412	161.989
Letras Financeiras do Tesouro.....	340.281	-	340.281	398.646
Notas do Tesouro Nacional.....	605.011	-	605.011	474.258
Certificados de Depósitos Bancários a Prazo - CDB.....	-	265.712	265.712	248.048
Debêntures.....	-	18.504	18.504	17.748
Depósito a Prazo com Garantia Especial.....	-	11.448	11.448	10.147
Fundos de Investimentos Não Excluídos.....	-	338.378	338.378	307.811
Outras Aplicações.....	-	3.692	3.692	9.261
Outros Ativos (Passivos).....	-	(609)	(609)	-
Total.....	1.081.704	637.125	1.718.829	1.627.908

5.4 Derivativos. 5.4.1 Política de Utilização. A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos, principalmente de contratos futuros e de swaps mantidos nos fundos de investimentos exclusivos, tem como objetivo principal proteger os ativos da Sociedade dos riscos de mercado. **5.4.2 Estratégias de Gerenciamento de Riscos.** As carteiras dos fundos de investimentos exclusivos são analisadas diariamente, visando identificar eventuais diferenças de alocação dos ativos em relação aos objetivos de rentabilidade dos fundos. **5.4.3 Riscos Associados.** Os riscos associados a essas estratégias são mensurados através do sistema de controle de risco RiskControl, além do controle de risco desempenhado pelos administradores fiduciários dos fundos. Durante os cálculos dos valores em risco em função dos ativos negociados e expectativas de taxas de juros e oscilações de mercado, a Sociedade e suas Controladas verifica se esses valores, em um ambiente de stress de mercado, podem comprometer a rentabilidade em relação ao que está determinado nos respectivos regulamentos dos fundos. **5.4.4 Posição Contratos Futuro/Swap.** A Sociedade possuía os seguintes instrumentos financeiros derivativos em fundos exclusivos, representados por contratos futuro e swap negociado na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F).

31/12/2011							
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	PU em Reais	Valor Total em R\$ mil	Objetivo
DI	Vendido	jul/12	CDI	(125)	95.245	(11.906)	Hedge papel pré fixado
DI	Vendido	jan/13	CDI	148	90.842	13.445	Hedge papel pré fixado
DI	Vendido	abr/13	CDI	(91)	88.726	(8.074)	Hedge papel pré fixado
DI	Vendido	jul/13	CDI	(43)	86.439	(3.717)	Hedge papel pré fixado

31/12/2011							
Data de Aquisição	Vencimento	Indexador Passivo	Indexador Ativo	Valor Inicial em R\$ mil	Valor Ativo em R\$ mil	Valor Passivo em R\$ mil	Apropriação Acumulada em R\$ mil
ago/09	fev/13	CDI	TR+ 9,59%	70.000	88.441	89.298	857
ago/09	ago/14	CDI	TR+ 9,580%	50.000	63.172	64.001	829

31/12/2010							
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	PU em Reais	Valor Total em R\$ mil	Objetivo
DI1	Vendido	jan/12	CDI	13	89.214	1.160	Hedge papel pré fixado
DI1	Vendido	jul/11	CDI	202	94.656	19.121	Hedge papel pré fixado
DI1	Vendido	jul/12	CDI	283	84.085	23.796	Hedge papel pré fixado
DI1	Vendido	out/11	CDI	238	91.831	21.856	Hedge papel pré fixado
FUT IND	Comprado	fev/11	FUT IND	12	70.050	841	Hedge Índice
OPD DOL - PUT	Vendido	jan/11	OPD DOL	22	427	9	-
OPD DOL - PUT	Comprado	jan/11	OPD DOL	22	1.201	26	-

31/12/2010							
Data de Aquisição	Vencimento	Indexador Passivo	Indexador Ativo	Valor Inicial em R\$ mil	Valor Ativo em R\$ mil	Valor Passivo em R\$ mil	Apropriação Acumulada em R\$ mil
14/8/2009	14/8/2014	CDI	TR + 10,1241%	50.000	56.706	56.609	97
14/8/2009	15/8/2011	CDI	TR + 11,423%	80.000	90.834	90.574	260
14/8/2009	18/2/2013	CDI	TR+ 10,4175%	70.000	79.273	79.252	21

31/12/2010							
Data de Aquisição	Vencimento	Indexador Passivo	Indexador Ativo	Valor Inicial em R\$ mil	Valor Ativo em R\$ mil	Valor Passivo em R\$ mil	Apropriação Acumulada em R\$ mil
1/10/2010	3/1/2011	IGPM	CDI	420.487	431.079	43	



ICATU CAPITALIZAÇÃO S/A

CNPJ/MF nº 74.267.170/0001-73

www.icutuseguros.com.br

Praça 22 de abril, 36
 Cep. 20021-370 | Rio de Janeiro
 Tel. (21) 3824 3900

	Saldos em 31/12/2009	Consti-tuições	Amortizações Prescrições	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2010
Provisão Matemática para Resgates	988.039	622.164	(478.164)	15.536	1.147.575
Provisão para Resgates de Títulos Antecipados	120.966	365.093	(346.819)	419	139.659
Provisão para Resgates de Títulos Vencidos	80.406	153.479	(137.471)	113	96.527
Provisão para Resgates	1.189.411	1.140.736	(962.454)	16.068	1.383.761
Provisão para Sorteio a Realizar	72.051	106.414	(84.211)	2.990	97.244
Provisão para Sorteio a Pagar	18.164	55.257	(49.341)	219	24.299
Provisão para Sorteios	90.215	161.671	(133.552)	3.209	121.543
Provisão para Contingências	36.763	25.025	(20.015)	1.029	42.802
Provisão para Despesas Administrativas	1.699	1.580	(1.178)	-	2.101
Outras Provisões	38.462	26.605	(21.193)	1.029	44.903
Total	1.318.088	1.329.012	(1.117.199)	20.306	1.550.207

12. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	31/12/2011	31/12/2010
Ativos Vinculados a Cobertura de Reserva	1.020.653	793.630
Quotas de Fundos de Investimentos - Exclusivos	234.179	227.361
Quotas de Fundos de Investimentos - Não Exclusivos	84.675	278.271
Letras Financeiras do Tesouro	252.556	231.258
Certificados de Depósito Bancário a prazo - CDB	592	562
Notas do Tesouro Nacional	11.448	10.147
Depósito a Prazo com Garantia Especial	10.527	7.112
Debêntures	-	-
Total dos Ativos Vinculados	1.614.630	1.548.341
Ativos não Vinculados a Cobertura de Reserva	104.199	76.053
Quotas de Fundos de Investimentos - Não Exclusivos	-	-
Ativos Bloqueio Judicial	-	3.514
Quotas de Fundos de Investimentos - Não Exclusivos	-	-
Total	1.718.829	1.627.908

13. PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

13.1 PROVISÕES JUDICIAIS. A Sociedade possui processos judiciais que se encontram em diversas instâncias, referentes a causas cíveis originadas, principalmente, por questionamentos quanto aos valores disponíveis para resgates de títulos de capitalização, a causas trabalhistas e a causas tributárias para questionamentos de tributos, conforme demonstrado a seguir:

Probabilidade de Perda	31/12/2011			31/12/2010		
	Quantidade	Valor		Quantidade	Valor	
		Estimado	Provisionado		Estimado	Provisionado
Provável	122	1.410	1.410	130	1.336	1.336
Possível	126	2.043	-	88	1.490	-
Remota	12	3.383	-	17	3.704	-
Total	260	6.836	1.410	235	6.530	1.336

Probabilidade de Perda	31/12/2011			31/12/2010		
	Quantidade	Valor		Quantidade	Valor	
		Estimado	Provisionado		Estimado	Provisionado
Provável	18	827	827	18	759	759
Possível	41	2.382	-	42	2.824	-
Remota	9	1.498	-	12	1.652	-
Total	68	4.707	827	72	5.235	759

Probabilidade de Perda	31/12/2011			31/12/2010		
	Quantidade	Valor		Quantidade	Valor	
		Estimado	Provisionado		Estimado	Provisionado
Possível	48	23.927	-	36	19.705	-
Remota	1	11	-	1	9	-
Total	49	23.938	-	37	19.714	-

Apresentamos, a seguir, a movimentação da provisão para contingências relativas aos processos judiciais:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.336	759	2.095
Causas Adicionais	877	-	877
Causas Baixadas	(873)	(163)	(1.036)
Causas Ajustadas (*)	70	231	301
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.410	827	2.237

(*) Movimentação oriunda da mudança de probabilidade de perda e/ou valor estimado e/ou atualização monetária. Abaixo resumimos as principais causas fiscais com probabilidade de perda possível: As ações declaratórias nº 9500389720, 9500452871, 9500525593, 9600103615 questionam a exigência do PIS, incidente sobre as receitas operacionais brutas auferidas pela Sociedade no período de junho de 1994 até julho de 1995, agosto a dezembro de 1995, janeiro de 1996 a junho de 1997 e a partir de março de 1998 inclusive, nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 (ADCT - CF/88), introduzido pelo artigo 1º da Emenda Constitucional de Reforma nº 1/94 (ECR). Os quatro processos são classificados como probabilidade de perda possível. Os depósitos judiciais efetuados pela Sociedade correspondem ao valor atualizado de R\$92. Matéria em discussão no STF. O mandado de Segurança 9800222316 tem como objeto a discussão quanto ao não pagamento do PIS sobre as receitas brutas operacionais auferidas no período de julho de 1997 em diante (emenda constitucional nº 17/97). A probabilidade de perda é possível. O depósito judicial efetuado pela Sociedade corresponde ao valor atualizado de R\$1.845. O processo encontra-se no STF. O mandado de segurança 200851010202660 tem como objeto reconhecer o direito à dedutibilidade da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, bem como compensar valores a este título nos últimos dez anos. A probabilidade de perda é possível e não há depósito judicial. O processo encontra-se ainda na primeira instância. **13.2 DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS.** Os depósitos judiciais são compostos como se segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Cíveis	26	14
Trabalhistas	43	24
Fiscais	20.891	12.338
Outros	-	1
Total	20.960	12.377

13.3 OBRIGAÇÕES FISCAIS. Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos fiscais oriundo de obrigações legais. As mesmas encontram-se registradas na rubrica "outras contas a pagar" no passivo não circulante: O mandado de segurança 200551010115038 pleiteia a utilização do crédito do PIS e da COFINS, pago nos termos da Lei nº 9.718/98, para quitar, por compensação, qualquer tributo administrado pela Secretaria da Receita Federal e questiona a incidência do PIS e da COFINS, nos termos da Lei nº 9.718/98. O depósito judicial efetuado pela sociedade neste processo corresponde ao valor atualizado de R\$108. Processo em segunda instância. Após recebimento de Aviso de Cobrança enviado pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, a Sociedade ingressou com o mandado de segurança 201151010033083, objetivando a obtenção da CND - Certidão Negativa de Débitos, tendo sido efetuado o depósito judicial de PIS e COFINS que, atualizado, corresponde ao montante de R\$3.658. Processo em primeira instância. A Sociedade mantém a obrigação legal no montante de R\$ 8.576 (R\$6.416 em 2010), registrada no grupo de contas "Outras contas a pagar", na rubrica "PIS e COFINS Exigibilidade Suspensa" no passivo não circulante, referente ao PIS e COFINS devido sobre as receitas financeiras. O mandado de segurança 200851010280294 tem como objeto o aumento da alíquota da CSLL, de 9% para 15%, instituída pela Medida Provisória nº 413/2008, convertida na Lei nº 11.727/2008. O mandado de segurança está sendo acompanhado de depósitos judiciais referentes à diferença das alíquotas. Os depósitos judiciais efetuados pela Sociedade correspondem ao valor atualizado de R\$14.951. Processo em segunda instância. A obrigação legal que se encontra registrada, corresponde à diferença de alíquota (6%) no total de R\$13.610 (R\$ 8.634 em 2010) no grupo de contas "Outras contas a pagar", na rubrica "CSLL Majorada" no passivo não circulante. **13.3.1 OUTRAS CONTAS A PAGAR**

	31/12/2011	31/12/2010
CSLL Majorada	13.611	8.635
PIS Exigibilidade Suspensa	1.199	1.008
COFINS Exigibilidade Suspensa	7.377	6.199
Total Não Circulante	22.187	15.842

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1 Capital Social. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, o capital subscrito e integralizado é representado por 417.994.227 ações sem valor nominal, sendo 376.127.276 ações ordinárias e 41.866.951 ações preferenciais. As ações preferenciais não possuem direito de voto, mas têm direito a dividendo mínimo de 1% incidente sobre o capital social representado pelas ações preferenciais e possuem prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, com base na parcela do preço de emissão destinada à conta capital. **14.2 Reservas de Lucros.** A reserva legal é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício. Será constituída pela Sociedade até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76. A reserva estatutária é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais e a constituição de reserva legal, estando limitada ao valor do capital social. A reserva de lucros tem como objetivo o reforço do patrimônio líquido da Sociedade e sua constituição está sujeita a deliberação da Assembleia Geral. **14.3 Dividendos.** De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme legislação societária e estatuto social. Conforme ata de reunião do Conselho de Administração, de 13 de setembro de 2011, foi deliberada a distribuição de R\$ 40.000 na forma de dividendos, dos quais R\$ 20.184 foram debitados à conta de reservas de lucros e R\$ 19.816 à conta de lucros acumulados pagos em 30 de setembro de 2011. Em 2010, o Conselho de Administração da Sociedade deliberou a distribuição de R\$ 76.000 na forma de dividendos, dos quais R\$ 60.000 foram debitados à conta de reservas de lucros e R\$ 16.000 à conta de lucros acumulados levantados em 30 de junho de 2010. **14.4 Juros sobre Capital Próprio.** Em 2011 e 2010, houve distribuição de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 10.628 e R\$ 10.849, respectivamente. Os referidos juros, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, foram registrados sob a rubrica "Despesas Financeiras" nas demonstrações do resultado, sendo reclassificados para fins de elaboração e publicação das demonstrações financeiras, para a rubrica "Lucros Acumulados" nas demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.

	31/12/2011	31/12/2010
Capital social	96.525	96.525
Reserva de capital	631	631
Reservas de lucros	50.185	79.980
Ajuste com títulos e valores mobiliários	25.738	11.623
Patrimônio líquido do exercício anterior	173.079	188.759
TJLP	6,0%	6,125%
Juros sobre capital próprio	10.628	10.849
Juros sobre capital próprio distribuído	10.628	10.849
Lucro líquido antes dos juros e do imposto de renda	48.986	33.217
Lucros acumulados + reserva de lucros	75.923	79.980
Montante passível de dedutibilidade (50% do maior valor)	37.962	39.990

14.5 Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários. Na rubrica Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários, a Sociedade considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para a venda, relativos a títulos próprios e de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO

	31/12/2011	31/12/2010
Patrimônio Líquido	205.080	172.287
Participação Coligadas e Controladas - em Empresas Financeiras (Nacional) 100%	(93.284)	(89.208)
Participação Coligadas e Controladas - em Empresas Financeiras (Exterior) 100%	(106)	(106)
Despesas Antecipadas	(14.935)	(27.750)
Ativo Intangível	(5.626)	(5.554)
Ativos Diferido	-	(112)
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	91.129	49.557
Capital Base	10.800	-
Capital Adicional de Crédito	29.041	-
Capital Mínimo Requerido (CMR) - Exigência de Capital (EC)	39.841	-
Suficiência	51.288	49.557

PARECER ATUARIAL

Aos Senhores Diretores e Acionistas da ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A. De acordo com o disposto na Resolução CNSP Nº 162, de 26 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, e com base na Circular SUSEP Nº 272, de 22 de outubro de 2004, realizamos a Avaliação Atuarial dos planos de capitalização operacionalizados pela ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A., no período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011. Foram adotados na avaliação em tela os critérios e os procedimentos técnicos usuais, bem como padrões de razoabilidade quanto às premissas de cálculo, em consonância com o disposto na legislação em vigor e nas Notas Técnicas Atuariais dos planos avaliados, aprovados pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados. A análise demonstrou a capacidade da Sociedade honrar a totalidade dos compromissos financeiros futuros assumidos

Seguindo os critérios determinados pela Resolução CNSP nº 228/10, alterada pela Resolução CNSP nº 241/11, constata-se que a Sociedade possui capital suficiente para atender os parâmetros mínimos.

16. PARTES RELACIONADAS

As principais transações com partes relacionadas, são como se segue:

	Contas a Receber (a Pagar)	Receitas (Despesas)	Dividendos a Receber	Juros sobre o Capital Próprio (Despesas)	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos (Pagos)
Icatu Seguros S.A.	(6.264)	(4.577)	-	(10.628)	(49.034)
Companhia Brasileira de Seguros e Previdência	-	13	-	-	-
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais	-	8	-	-	-
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda	-	240	-	-	-
Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda	-	156	-	-	-
Caixa Capitalização S.A.	-	-	7.703	-	31.563
Administradores	(1.340)	(624)	-	-	-
IHPrev Fundo de Pensão	-	(370)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(7.604)	(5.154)	7.703	(10.628)	(17.471)
Icatu Seguros S.A.	(11.961)	12.454	-	(10.849)	(140.590)
Companhia Brasileira de Seguros e Previdência	(3)	(3)	-	-	-
Caixa Capitalização S.A.	-	-	28.357	-	27.289
Administradores	(1.702)	(3.163)	-	-	-
IHPrev Fundo de Pensão	-	(425)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(13.666)	8.863	28.357	(10.849)	(113.301)

As operações com as partes relacionadas referem-se basicamente a: • Venda de títulos de capitalização - Os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao cliente da Icatu Seguros S. A. uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Icatu Seguros S. A. O registro contábil, em contas de resultado, tem seu efeito líquido registrado no grupo de operações de capitalização. • Reembolsos de custos administrativos - Referem-se a rateio de despesas comuns entre as sociedades do grupo Icatu e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes. • As operações com o IHPrev Fundo de Pensão referem-se às contribuições relativas ao plano de aposentadoria, conforme descrito na nota 17. As contribuições são liquidadas mensalmente, conforme regulamento do plano registrado na Secretaria de Previdência Complementar. • Os saldos junto aos Administradores da Sociedade referem-se aos honorários recebidos por estes a título de remuneração.

17. PLANOS DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

As contribuições ao IHPrev Fundo de Pensão, entidade de previdência complementar fechada, montam a R\$ 370 (R\$ 425 em 2010), relativas ao plano de aposentadoria de contribuição definida, parcialmente patrocinado pela Sociedade, destinados a proporcionar complementação previdenciária a seus funcionários. Para as contribuições referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foi utilizado fundo previdenciário acumulado.

18. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31/12/2011	31/12/2010
Despesas de Comercialização	(75.695)	(74.092)
Despesas de Corretagem	(57.837)	(53.285)
Despesas de Remuneração Performance Mensal	(15.586)	(17.211)
Despesas de Custeamento de Vendas	(2.272)	(3.596)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	5.816	(789)
Prescrição de Títulos de Capitalização	-	(2)
Taxa relativa a Resgates Antecipados	11.475	13.100
Prestação de Serviço Ativo	(5.236)	(13.055)
Provisão para Contingências Cíveis	(356)	(137)
Outras Despesas Operacionais	(67)	(695)
Despesas Administrativas	(90.130)	(85.154)
Pessoal Próprio	(33.361)	(32.488)
Provisão para Contingências Trabalhistas	(101)	(127)
Serviços de Terceiros	(27.185)	(24.494)
Localização e Funcionamento	(24.974)	(23.103)
Publicidade e Propaganda	(3.620)	(4.130)
Outras Despesas Administrativas	(889)	(812)
Despesas com Tributos	(9.478)	(8.573)
Impostos	(157)	(103)
Provisão para Contingências Fiscais	-	(150)
COFINS	(7.085)	(6.366)
PIS	(1.280)	(1.138)
Taxa de Fiscalização	(956)	(816)
Resultado Financeiro	100.159	76.267
Receitas Financeiras	208.120	169.659
Quotas de Fundos de Investimentos - Exclusivos	115.246	86.119
Quotas de Fundos de Investimentos - Não Exclusivos	39.201	30.341
Títulos de Renda Fixa - Públicos	25.102	19.122
Títulos de Renda Fixa - Privados	26.600	32.979
Outras Receitas Financeiras	1.971	1.098
Despesas Financeiras	(107.961)	(93.392)
Atualização Monetária das Provisões Técnicas	(91.711)	(77.686)
Juros sobre Capital Próprio (*)	(10.628)	(10.849)
Títulos de Renda Variável	(4.278)	(2.246)
Títulos de Renda Fixa	(850)	(2.131)
Outras Despesas Financeiras	(494)	(480)

(*) Calculados com base na variação da TJLP, foram reconhecidos na rubrica "Despesas Financeiras", na demonstração do resultado, sendo reclassificados, para fins de elaboração e publicação das demonstrações financeiras, na rubrica "Lucros Acumulados" no patrimônio líquido.

19. SEGUROS

Para proteção de bens do ativo imobilizado, de imóveis alugados e de responsabilidade civil dos administradores, a Sociedade transfere, através da contratação de seguros, os riscos que na eventualidade de ocorrência possam impactar sua atividade. As informações principais sobre a cobertura de seguros vigente, podem ser assim demonstradas:

</

Icatu SEGUROS

ICATU CAPITALIZAÇÃO S/A

CNPJ/MF nº 74.267.170/0001-73

www.icatuseguros.com.br

Praça 22 de abril, 36
Cep. 20021-370 | Rio de Janeiro
Tel. (21) 3824 3900

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Acionistas e aos Administradores da Icatu Capitalização S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Icatu Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Icatu Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos**Ajustes e reclassificações**

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro de 2011, examinamos também os ajustes e reclassificações descritos na nota explicativa nº 2 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2010 anteriormente divulgadas. Em nossa opinião, tais ajustes e reclassificações são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2010 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras de 2010 tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 23 de fevereiro de 2011, que não conteve qualquer modificação.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2012

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJJosé Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ087339/O-4Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ086312/O-6

Rio de Janeiro

EDUCAÇÃO

Governo libera R\$ 250 mi para modernizar escolas

O Governo do Estado está investindo na expansão e modernização da infraestrutura da rede estadual de ensino, com a reforma, ampliação e construção de escolas. Até o fim do ano, mais de R\$ 250 milhões serão destinados a obras em colégios de todo o estado. Desde janeiro, a Secretaria de Educação já inaugurou seis colégios, com salas de aula climatizadas, laboratórios de informática, bibliotecas e quadras poliesportivas.

"Sabemos que tanto os alunos quanto os professores precisam desse ambiente digno para que tenhamos uma aula de qualidade. Espero que tirem proveito dessa nova escola, desse equipamento público. Fizemos investimentos de R\$ 120 milhões em obras em 2011. Para este ano, já temos R\$ 250 milhões aprovados", afirmou o secretário de Educação, Wilson Risolia, ressaltando que atualmente a rede estadual possui 1.357 unidades, 1.055.000 de alunos e 78 mil professores.

Em fevereiro, a Secretaria de Educação entregou as obras dos colégios estaduais Araras, em Petrópolis, na Região Serrana, e Professor José Antônio Maia Vinagre, em Barra do Piraí, no Médio Paraíba, onde já havia sido inaugurada uma escola há quatro meses. Os profissionais de educação também ganharam este mês uma



Risolia: fizemos investimentos de R\$ 120 milhões em obras em 2011, este ano já temos R\$ 250 milhões aprovados

instituição, a Escola de Aperfeiçoamento dos Servidores de Educação do Estado, na Tijuca.

Ainda este mês, a secretaria inaugura o Colégio Marieta Cunha, em Bangu. Em março, serão entregues os colégios Vilma Atanázio, que vai abrigar as instalações também da Escola Charles Péguy, em Campo Grande, e a Abraão Jabour, em Senador Camará. No Rio de Janeiro, o governo estadual irá construir um colégio na Pavuna. As cidades de Queimados,

na Baixada, e Teresópolis, na Região Serrana, também ganharão novas escolas ainda este ano. O governo irá reformar ainda escolas em Bonsucesso e Gamboa, no Rio, e nos municípios de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, Campos de Goytacazes, no Norte Fluminense, e em Bom Jesus de Itabapoana, no Noroeste.

Os docentes e estudantes do Colégio Estadual Professor José Antônio Maia Vinagre, de Barra do Piraí, estão ansiosos

para utilizar as novas instalações, que passaram por obras de modernização. A nova unidade possui nove salas de aula, dois laboratórios, biblioteca, refeitório e quadra poliesportiva. Foram investidos R\$ 2 milhões nas melhorias. "É uma maravilha! As aulas serão bem melhores", disse a adolescente Edyana Oliveira, de 13 anos. "Estamos felicíssimos em concretizar este sonho", afirmou a diretora geral da unidade, Ângela Maria Colucci.

PACIFICAÇÃO

Bope ocupa São Carlos por tempo indeterminado

Policiais do Batalhão de Operações Especiais (Bope) da Polícia Militar vão ficar por tempo indeterminado na comunidade de São Carlos, no Estácio. O Bope deu início ontem a uma operação na comunidade depois de informações passadas ao Disque-Denúncia sobre a localização de drogas, traficantes e armas. Os policiais fazem um trabalho de varredura na região, com o objetivo de dar apoio à Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), que atua na comunidade desde maio de 2011.

De acordo com a Polícia Militar, três pessoas foram presas na comunidade. Entre elas, está um homem que, segunda a polícia, tem ligação com o traficante Anderson Rosa Mendonça, conhecido como Coelho, preso no ano passado durante a ocupação da Favela da Rocinha. Os policiais também apreenderam 15 motocicletas, duas vans e uma kombi. Cerca de 200 policiais do Bope atuam na operação, com o apoio do Batalhão de Choque, do Batalhão de Ações com Cães e do Grupamento Aéreo-Marítimo. Os policiais contam ainda com o apoio de dois helicópteros da Polícia Militar.

A ação ocorre depois que um confronto durante o carnaval entre policiais e traficantes causou a morte de um adolescente de 14 anos na comunidade e deixou quatro pessoas feridas, entre elas um homem conhecido como Menor Cheru, apontado como o gerente do tráfico na

região. Na mesma comunidade, há duas semanas, agentes da Delegacia de Repressão e Entorpecentes da Polícia Federal prenderam 11 pessoas acusadas de envolvimento com o tráfico de drogas, entre elas o ex-comandante da UPP capitão Luis Piedade e o soldado da PM Alexandre Duarte, que atua na UPP do Fallet/Fogueteiro.

Blindados

Na próxima semana, a Secretaria de Segurança enviará uma comissão técnica à África do Sul para analisar o desempenho de veículos blindados e equipamentos de segurança fabricados naquele país. A comitiva é formada por representantes das forças de elite das polícias do Estado: Batalhão de Operações Especiais (Bope), Batalhão de Choque (BPChoque) e Coordenadoria de Recursos Especiais (Core). Serão realizados testes semelhantes aos que já foram feitos em blindados e equipamentos franceses e russos.

A intenção é saber quais os modelos que melhor se adaptam às necessidades e especificidades das operações policiais realizadas no Rio. A compra de novos veículos blindados faz parte de uma série de medidas adotadas pelo Governo do Estado para atender à demanda de segurança dos grandes eventos internacionais que serão realizados nos próximos anos, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

SEGURANÇA

Beltrame autoriza processo para expulsão de grevistas

O secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, assinou ontem as autorizações para os processos de expulsão no Conselho de Justificação da Polícia Militar contra três oficiais da corporação. Eles são acusados de participação no movimento grevista no início do mês. Ao todo, seis oficiais podem ser expulsos por incitar a paralisação. Os policiais indiciados são o tenente coronel Sérgio de Alvarenga Rodrigues e os tenentes Fernando Alves de Lima Inácio Silva e Diego Luciano de Almeida.

Eles deverão apresentar justificativas ao conselho, que decidirá pela expulsão ou permanência na corporação. Em seguida, a PM remete a decisão ao Tribunal de Justiça do Rio. Em março, o Governo do Estado diminuiu por decreto o prazo de julgamento nas corporações para bombeiros e policiais. O limite para conclusão dos trabalhos caiu de 30 para 15 dias. O processo de expulsão para oficiais costumava ser lento e demora-

va anos, segundo especialistas. O movimento grevista de bombeiros, policiais militares e civis foi iniciado no dia 10 de março. A paralisação teve baixa adesão e foi desmobilizada três dias depois. O Governo agiu rápido para reprimir o protesto. No primeiro dia de greve, a Justiça decretou a prisão de 16 lideranças. Todos foram enviados ao presídio de segurança máxima de Bangu 1.

Dois coronéis e um major já responderiam ao Conselho de Justificação. Os oficiais preparam as suas defesas. Ex-corregedor da PM e blogueiro, o coronel reformado Paulo Ricardo Paúl afirmou que sua expulsão é "tecnicamente impossível". "Eu era contra a greve e sequer participei do movimento. Minha prisão foi política por causa do meu blog", disse Paúl. Os outros ameaçados de expulsão são o coronel e líder do movimento pela PEC 300, Adalberto de Souza Rabello, e o major Hélio da Silva de Oliveira, que fazia parte do comando de greve. Ambos são da reserva da PM.

CENTRO

Cabral negocia quartel general da PM por R\$ 400 milhões

PEDRO DANTAS/AE

O governo do Estado do Rio negocia por R\$ 400 milhões a venda do Quartel General da Polícia Militar para a Petrobras. Com localização privilegiada, a instalação histórica ocupa um quarteirão no centro da capital fluminense, a poucos metros da Cinelândia e do bairro boêmio da Lapa. A transação pode dar início a uma série de leilões de imóveis da corporação. A PM possui outros quartéis em terrenos cobichados nas zonas sul e norte e nos subúrbios. A venda dessas sedes das tropas em Leblon, Copacabana e Botafogo já é objeto de interesse de várias empresas imobiliárias.

O negócio com a Petrobras foi revelado pelo gover-

nador do Rio, Sérgio Cabral (PMDB), na noite de segunda-feira de carnaval, ao chegar ao sambódromo. Segundo ele, o prédio tombado pelo município será transformado em museu e o restante do terreno poderá ser vendido para construção de "uma nova torre" da estatal. "Houve uma avaliação do terreno de R\$ 400 milhões. A Petrobras ofereceu um pouco menos. Vamos chegar a um bom valor", disse Cabral.

Segundo o governador, o dinheiro da venda será investido em segurança pública. Caso a transação se concretize, a nova sede do QG da PM será transferida ao local ocupado hoje pelo Batalhão de Choque, também no centro. A intenção da Secretaria de Segurança é vender

terrenos dos 40 quartéis herdados do Exército no século passado. Um dos objetivos é diminuir o "aquartelamento" de policiais e aumentar em 20% o efetivo da PM nas ruas.

Além dos terrenos da polícia, a administração estadual fluminense pretende vender outros imóveis e instalações. Atualmente, estão abertos dois processos de licitação para alienação de salas e terrenos nas zonas sul e norte da capital. Com leilões previstos para o início do mês que vem, a previsão de arrecadação é de R\$ 55,2 milhões. Em 2010, o Estado do Rio promoveu outra licitação para venda de terrenos remanescentes da Linha 1 do Metrô. No mesmo ano, a administração estadual imple-

